

# Membros do #MovRioDouro querem mudanças efetivas na bacia do Douro

28 de Junho, 2021

No passado dia 18 de junho, o Movimento em Defesa do Rio Tinto, um dos membros do #MovRioDouro, pediu esclarecimentos à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), vereadores do Ambiente das Câmaras de Gondomar e do Porto, Águas do Porto e de Gondomar e SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente), sobre mais uma “situação alarmante” no estuário: “águas altamente eutrofizadas junto ao novo intercetor do Rio Tinto, no rio Douro, junto à ponte do Freixo”, lê-se num comunicado. De acordo com a mesma nota, esta não é a primeira vez que o Movimento em Defesa do Rio Tinto alerta para este facto.

Segundo Paulo Silva, representante do Movimento em Defesa do Rio Tinto no #MovRioDouro, “estas entidades não se podem remeter ao silêncio porque arriscam-se a ser cúmplices de uma agressão no estuário do Douro”. Este, aliás, é apenas “mais um exemplo de uma das ameaças constantes à Bacia Hidrográfica do Douro, a maior da Península Ibérica”, alerta o representante.

O recém-criado #MovRioDouro – um movimento de cidadania em defesa dos rios da bacia hidrográfica do Douro, que congrega pessoas, membros da comunidade científica, grupos e associações para a defesa dos rios – não quis deixar passar estas situações despercebidas, tendo se apresentado publicamente com uma caminhada pelas margens do rio Tinto, até ao estuário do rio Douro (Ribeira de Abade), refere o mesmo comunicado.

Segundo este Movimento, a atividade contou com a intervenção de dois académicos, membros do grupo, que levaram aos participantes a “experiência do ativismo” e a “recuperação dos rios e das suas margens”.

A evolução da qualidade do rio Tinto, tendo por base a eliminação das descargas das ETAR nesse meio hídrico, foi o ponto de partida para se discutir o que já foi feito e o que ainda falta fazer para recuperar o rio Tinto. O projeto do Parque Oriental do Porto e como ele se articulou com a recuperação rio Tinto foi outro dos temas abordados, com um foco, em particular, nas opções que foram tomadas na recuperação das margens do rio, lê-se no comunicado.

A caminhada terminou no Douro, com a discussão em torno da qualidade da água do estuário e das razões que levam a que, anos após ano, várias praias do estuário não sejam classificadas como zonas balneares.

Sobre este assunto, Adriano Bordalo e Sá, investigador do ICBAS e membro do #MovRioDouro, dá nota de outros problemas no Douro, para além das ETAR: “A bacia do Douro tem vindo nos últimos 70 anos a sofrer profundas intervenções humanas. Se até aos anos 80, a mais notória foram as grandes barragens – a primeira a apenas 30 quilómetros da nascente e a última a escassos 21,5 quilómetros da foz, hoje o regadio fomentado pelos fundos comunitários, desde

a vinha à beterraba, da oliveira ao girassol, retira água preciosa e devolve uma miríade de agroquímicos, sem os quais a agricultura da Política Agrícola Comum não sobrevive”.

Mas, se a quantidade de água tem vindo a ser reduzida, “a qualidade deixa muito a desejar”, alerta Bordalo e Sá, outro representante do Movimento. O foco aqui, vai para o “impacto da atividade agroeconómica: menos oxigénio, mais matéria orgânica, mais fertilizantes”, alerta. E, acrescenta, “mal entra em Portugal, o Douro tem que enfrentar dez grandes barragens com outras tantas albufeiras, onde a água fica represada à vontade dos interesses económicos das hidroelétricas de cá e de lá. De verde, a hidroeletricidade nada tem”. Segundo o investigador, “no troço português, a pressão aumenta em direção à foz, com destaque no estuário. O urbanismo descontrolado permite acomodar centenas de milhares de pessoas, com destaque em Gondomar e Vila Nova de Gaia, à medida que o Porto se esvazia. No total há oito ETAR a drenarem para o estuário mas, paradoxalmente, os níveis de poluição fecal no rio são inadmissíveis para uma metrópole europeia”.

De acordo com a investigação levada a cabo por Bordalo e Sá, nos últimos meses, a pandemia “ajudou um pouco” na questão da poluição do rio Douro: “Em especial, durante os dois meses do primeiro confinamento, a pressão diminuiu e a água teve, efemeramente, qualidade compatível com banhos”. Mas, isso não é “sinónimo de despoluição: há acordos pontuais entre municípios mas, de facto, nunca se entenderam na essência”, alerta. Nestas matérias, constata o responsável, “o Plano de Ordenamento (Gestão) do estuário nunca passou do papel e, hoje, quem tem poder consegue o que quer”.